

A imagem do corpo
entre a dignidade, a subalternização e a violência

*The image of the body – between dignity,
subalternization and violence*

Thiago Fernando Sant’Anna

*Professor de História da Arte e Estética e Antropologia Urbana do curso de
graduação Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás/ Regional Cidade
de Goiás.*

thiagof.santanna@yahoo.com.br

Welson Barbosa Santos

Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás/ Regional Cidade de Goiás.

wwsantosw@yahoo.com.br

05

Resumo

Este artigo tem como proposta discutir o corpo como reinventado pelas tecnologias da violência e como efeito dos dispositivos de subalternidade. Subsidiaremos nossas reflexões e análises das fontes empíricas nas teorizações de Michel Foucault e na Teoria Queer. Ao investigar fontes de pesquisa sobre uma imagem feita em montagem digital da Sra. Dilma Rousseff - ex-presidente do Brasil -, produção gráfica que a representou de pernas abertas, insinuando sua genitália; sobre narrativas referentes a um caso de estupro coletivo, e sobre a morte de um homem, identificado pela narrativa jornalística como homossexual, sujeito que foi brutalmente assassinado, tendo seu corpo sido abandonado às margens de uma rodovia, tomamos, sob essa ótica, o corpo e o sujeito como efeitos das práticas e dos dispositivos de violência na sociedade contemporânea.

Palavras chave: Subalternização. Violência. Corpo. Teoria *Queer*. Mídia

Abstract

This Article aims to discuss the body as reinvented by the technologies of violence and as effect of the subaltern devices. We subsidize our reflections and analyzes of empirical sources in the theorizations of Michel Foucault and the Queer Theory. When investigating sources of research on an imagem made in digital assembly of Mrs. Dilma Rousseff - ex president of Brazil -, graphic production that represented her with open legs, hinting at her genitalia; about narratives referring to a case of collective rape; and about the death of a man, identified by the journalistic narrative as homosexual, a subject who was brutally murdered, havind his body abandoned on the side of a highway, we took, under this view, the body and the subject as effects of practices and mechanisms of violence in contemporary society.

Key-Words: Subalternization. Violence. Body. *Queer* Theory. Media

Ver, tocar e destruir: vestígios de contextos de subalternização dos corpos



Fonte: Editorial sobre o Brasil. Governo faz denúncia ao MP sobre adesivo com ofensa a Dilma. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/brasil/governo-faz-denuncia-ao-mp-sobre-adesivo-com-ofensa-a-dilma-188469.html>. Acesso em 18 fev. 2017

Iniciamos essa discussão a partir de um breve retrospecto de acontecimentos recentes de nosso país. Nesse caminho e tomando tais acontecimentos como referência, podemos considerar que as perspectivas que se mostram em nossa realidade social brasileira, no ano de 2016, parecem rememorar tempos marcados pelo sombrio e incerto de outrora, pois seria fácil observar, neste ano, a crescente ofensiva dos setores conservadores no campo político partidário e midiático pautado por discursos, condutas e posicionamentos em que se defende até o retorno dos militares ao poder. É nesse contexto que um adesivo circulou em alguns veículos de transporte no Brasil. Segundo site de notícias no www.clickpb.com.br, em reportagem no seu Editorial sobre o Brasil, o adesivo de 40x60cm tratava-se de uma montagem feita com parte da imagem da então Presidenta da República Dilma Roussef, cujas pernas mostravam-se abertas, insinuando sua genitália. O referido material esteve à venda no site Mercado Livre, naquele ano de 2016, para quem tivesse interesse de comprar.

Consideremos que, enquanto para alguns tal montagem significava um protesto contra o aumento do preço da gasolina, para outros, mesmo que politicamente contrários à gestão de Dilma, o adesivo feria os conceitos de moral em nossa sociedade, independente de se tratar da exposição de alguém que ocupasse um cargo de tal relevância. O produto, contudo, não ficou disponível por um longo período, tendo sido retirado de circulação, enquanto sua venda foi criminalizada por violar o artigo 140 da Lei do Código Penal que, de acordo o seu texto, tal a prática é entendida e enquadrada como difamação, injúria e ofensa à dignidade e ao decoro (www.clickbp.com.br, 2017, s/p). Consideremos ainda que o contexto de circulação do referido adesivo somou-se a determinados posicionamentos assumidos pelos meios de comunicação hegemônicos, diante da gestão da referida Presidenta. Assim, o que se viu no decorrer das semanas e meses seguintes foi o encaminhamento do seu processo de impeachment, trâmite que veio a ser concluído no início do segundo semestre de 2016.

E muito embora a ação tenha envolvido a imagem de uma mulher e cidadã e que ocupava o mais alto cargo político do país, consideramos, aqui, a perspectiva da violência contida na exposição do corpo feminino na questão. Evidentemente, a finalidade dessa ação era difamar, num ato de intuito vergonhoso, para além das imagens produzidas e comercializadas, a então Presidenta da República. Mas para além disso, a prática de ver o adesivo circulando nas ruas do Brasil construía a banalização de uma cultura visual de exposição vexatória de corpos femininos.

Somando-se a esse fato, no dia 11 de julho do mesmo ano, Maria Laura Neves, em reportagem para a Revista Marie Claire, no site do Jornal O Globo, com a colaboração de Yala Sena e Daniela Carasco, trouxe-nos uma reportagem sobre “*a realidade abafada dos estupros coletivos no Brasil*”. Segundo a autora “*há muito mais casos de abuso coletivo do que se notifica*” (NEVES, 2017, s/p). Nesse campo, consideremos a crueldade percebida na reportagem citada, confirmada no depoimento de Fernanda (nome fictício). De acordo com o texto:

Na sexta-feira 13 de maio, passou a noite assistindo a seus preferidos [filmes de terror] na casa da avó, em São Paulo. Foi dormir quando já estava amanhecendo. Às 5 da tarde, pegou um ônibus para voltar para casa, na Zona Oeste da cidade. Cansada, dormiu no trajeto. Ao acordar, não reconheceu a vizinhança. Perguntou, então, para dois meninos se sabiam onde poderia pegar um ônibus de volta. Eles sugeriram que ela descesse com eles, para lhe mostrarem o ponto. Assim que colocaram os pés no asfalto, um deles a abraçou pelos ombros, colocou uma lâmina nas costas dela e disse: “Você vai com a gente”. Andaram por quase uma hora dentro de uma favela. Por onde passavam, cumprimentavam conhecidos. “Fiquei com medo de pedir ajuda”, diz Fernanda, com o olhar cabisbaixo e as mãos trêmulas. Chegaram a uma casa onde acontecia uma festa. Só havia homens. Os três atravessaram todos os cômodos e entraram em um quarto escuro. Os meninos pediram

que ela tirasse a roupa. Ela respondeu que não o faria. Nesse momento, um terceiro homem entrou no cubículo e deu tapas, socos no rosto e chutes nas costas de Fernanda para obrigá-la a se despir. Implorando que ele parasse, ela perguntou o que tinha feito para eles. Quanto mais suplicava, mais eles a agrediam. Começou, então, a pior parte de um verdadeiro enredo de terror. (NEVES, 2017, s/p)

A narrativa situa o discurso no campo da violência, e o ato destituído de humanidade e respeito ao outro revela ainda um sentimento de vergonha por parte da vítima, expresso nessas frases que, mesmo soltas, são chocantes. “*Não sei quantos homens foram ao todo. Me jogavam como se eu fosse uma boneca*”; *descobri que estava grávida do meu estuprador*”; “*Ele destruiu a melhor fase da minha vida*”; “*Eles tiravam sarro de mim*”; “*Um deles me ofereceu bebida alcoólica. Comecei a sorrir e ver a minha mão muito grande. Passei mal*” (NEVES, 2017, s/p). Tais enunciações apontam atos cujos sentidos são os de barbárie, de violência para com o corpo e, para além de toda a nomenclatura que possamos usar, nos leva a questionar, não só o ato, mas também o fato de tais imagens terem se tornado públicas, batendo recorde em número de acessos na Internet onde foram disponibilizadas, com o agravante das pessoas que as cometeram ainda sentirem-se livres e prontas a torná-las públicas. Novamente, outro caso de circulação de imagens de exposição vexatória de corpos femininos.

Consideremos, além disso, que a soma das frases citadas acima, extraída do texto, constrói também uma imagem de um corpo como humilhado. A ação de violência ocorreu como acontecem em diferentes espaços da sociedade. Mas, para além do ato em si, eles tornaram-se público e de acesso para quem quisesse assisti-lo porque logo chegaram às redes sociais, disponibilizadas por quem as protagonizou. Eis a prática de expor vexatoriamente o corpo feminino! Talvez por isso, diante de tamanha midiaticização do terror, observou-se que, tardiamente e às pressas, os congressistas em Brasília aprovaram a lei que aumentava a

pena destinada a agressores envolvidos em casos de agressão sexual, seja esta cometida por uma ou mais pessoas.

Mediante ao que descrevemos até aqui, vale considerar que casos como esses, cujos enredos são marcados por agressões de adultos a adolescentes, somados à dopagem da vítima, marcados pelo medo de denúncia dos agressores e, por fim, pela publicização de imagens de corpos femininos em condição de humilhação, são comuns em nossa sociedade. Embora, por outro lado, são diversas vezes consideravelmente invisíveis aos olhos das autoridades e demais instâncias sociais. A confirmação de tal afirmativa está na ausência de dados que quase inexitem para os altos escalões da justiça de nosso país.

Então, consideremos que, em ambas as situações, a relacionada com o adesivo de Dilma Roussef e a referente à violência com a menor amplamente divulgada nas mídias digitais, os sinais de humilhação reforçam a condição em que determinados corpos estão expostos e colocados em condição desigual na contemporaneidade. Tratam-se, inclusive, de ações que alimentam o senso de impunidade tão evidente em nosso tempo e sociedade.

Expandindo nossas referências de exposição de corpos, as agressões a que estes podem ser submetidos e a midiatização desses eventos, tomaremos como referência outro acontecimento que nos servirá de reforço ao que nos propomos abordar no campo do que chamaremos de subalternização de corpos. Nesse sentido, as agressões e os assassinatos de homens homossexuais será o foco do nosso debate desse ponto em diante.

Partiremos da reportagem publicada em 14 de novembro de 2016. Nela, Palmira Ribeiro e Nathalie Guimarães, ambas do noticiário virtual G1, relatam que a *“Polícia Militar do Estado de Minas Gerais prende suspeitos de crime contra dentista morto em Uberlândia”*. Segundo narram, jovens de 18, 27 e 28 anos estiveram entre os suspeitos de estrangular e matar o dentista Helton Ivo Botelho, 36 anos, na cidade de Uberlândia, após terem marcado com ele encontros pela internet.

O corpo da vítima, abandonado, foi encontrado debaixo da ponte do rio Tejuco. Trata-se de um caso não isolado, já que se soma à morte de Guilherme Duarte Pagotto, também assassinado depois de encontro marcado pela internet na mesma região. De acordo com as investigações da Polícia Civil, o crime cometido contra Helton Botelho teve ligação com a orientação sexual da vítima e o caso foi alvo do repúdio dos movimentos sociais LGBTT (RIBEIRO; NATHALIE, 2016, s/p). Mediante o que entendemos como condutas criminosas, ameaçar com arma, cercear a liberdade, impedir de enxergar, estrangular e abandonar corpos ao relento para se decomporem são condições humilhantes e degradantes.

Não há, assim, como não considerar que estamos diante de rastros, vestígios e sinais de contextos em que temos corpos de sujeitos que são sentenciados por ocuparem um lugar reconhecido pela heterossexualidade normativa como sendo fora da norma. Neste caso, novamente, vemos que se tratam de sujeitos que não pertencem às classes mais privilegiadas, ou seja, são corpos subalternizados em razão das condições que os marcam e são, assim, colocados sob a condição do não reconhecimento. Vale ressaltar que de acordo com Michael Warner (1991), subalternos seriam sujeitos denominados de fora da norma heteronormativa e também denominados, por isso, como clandestinos, ilegais ou anormais.

Sob a ótica deste autor, a condição desses corpos subalternizados, clandestinos, ilegais ou anormais, é a de sujeitos que ocupam uma masculinidade não hegemônica, aqui apresentada nas fontes empíricas sobre os assassinatos de Helton e Guilherme. Para Santos (2016), ancorado nos estudos de Robert W. Connell (1995/2013), masculinidades não hegemônicas são aquelas que estão no campo da subalternia. Tratam-se dos que temem ser punidos ou excluídos e, por isso, se autovigiam constantemente. De acordo com Michael Warner (1991), seriam os denominados como fora da norma, como subalternos, clandestinos, ilegais ou como anormais. Reflexão esta não distante da apontada por

Miskolci (2009), para quem os excluídos, por se encontrarem à margem, devem ajustar-se ou negar-se.

Um olhar queer acerca dos corpos e da constituição de sujeitos subalternos

Assim, consideremos que, embora diferentes entre si, as narrativas e discursos descritos são consideravelmente simbólicos, o que nos permite desenhar, a partir deles, esse objeto marcado pela intersecção de corpos, da mídia e da experiência de subalternização. Nesse sentido, vale justificar que o corpo aqui, está longe de ser um “dato biológico”, pois é percebido como um aparato submetido, forjado e elaborado pelo social e cultural em meio a operações práticas. Ainda assim, esse corpo é submetido a técnicas e estratégias a ele direcionadas. Ao fazermos tal afirmação, justificamos o corpo como produto de tecnologias, políticas, simbólicas e tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994), mesmo nos casos em que essas tecnologias mostram-se ardilosas e sádicas em suas operações.

Nesse campo, há de se considerar que, construído em meio a um processo de tecnologia marcada por sadismo, violência e subalternização, o corpo é facilmente enquadrado nessa ótica. Ou seja, como dentro de uma perspectiva e submetido, a todo tempo, aos processos de objetivação, subalternização, violência e também docilização.

À luz desses conceitos, a objetivação pode ser compreendida como mecanismo procedente do exterior. Ela é entendida a partir da conceituação que o outro faz, sendo por meio dela que nos constituímos em sujeito. Logo, se o sujeito não é algo que possui existência autônoma, independente da formação social na qual encontra-se inserido, o que lhe é atribuído em termos de sentidos ou significados procede da condição de apenas ser constituído e percebido pelo exterior, pelo outro que vê e dá o sentido que percebe. E, na medida em que ele é algo lançado, é também posto na sociedade. Logo, a objetivação é o delineamento do processo em que o sujeito, longe de ser considerado uma categoria meramente teórica ou ideal, passa a ser

entendido como um ser dotado de um conjunto de atributos que lhe são inatos e percebidos a partir do olhar do outro.

Já a docilização refere-se aos mecanismos que incidem sob o corpo, que passa a ser enxergado com objeto de poder ou máquina que preserva um sistema e que pode, aplicada as diversas ferramentas, ser adestrado, tornando dócil e dominado. No caminho da docilização, os corpos são submetidos a disciplinas que têm por finalidade a produção e a preparação para o desempenho de variadas funções. Seria uma disciplina que aumenta a força em termos econômicos e diminui a resistência que o corpo pode oferecer ao poder. Daí que o corpo tenha sido fonte de utilização econômica e só se torne força útil se, ao mesmo tempo, é produtivo e submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia, mas pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força sem, no entanto, ser violenta. Pode ser calculada, organizada de forma sutil, não fazer uso de armas nem do terror e, no entanto, continuar a ser disciplina física. Os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante das suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade - utilidade, são aquilo a que podemos chamar as disciplinas (MACHADO, 2004, p. 30).

Sobre essa ótica, os dados empíricos apresentados suscitam aos nossos olhos a imagem de corpos subalternos como corpos objetivados e docilizados. Uma imagem fruto de uma montagem em nada pode contrapor-se ao olhar e à operação técnica de quem domina um programa de alteração de fotografias; uma menina adolescente nada pode fazer, no escuro, com uma lâmina nas costas, diante de homens ávidos pelo ato sexual violento que os motiva e alimenta; um homem gay, sozinho, tem muito pouco a resistir diante de dois homens movidos pela intolerância em relação àqueles que não se enquadram na norma.

Assim, consideremos que as três operações de produção de corpos humilhados, docilizados, objetivados e subalternizados nos traduzem a percepção de marcas na produção de subjetividades. São corpos de meninas, mulheres e homens que têm sido envoltos por sadismo e atos

que reforcem e os colocam na condição de não reconhecimento. Portanto, em meio a tais afirmativas, consideremos o discurso naturalizado e historicamente estabelecido que, ao longo da história, tem dado aos homens heterossexuais misóginos e homofóbicos o direito de acessar, violar e transgredir corpos dos tidos como subalternos, quer estejamos falando de homens, mulheres, independente de gênero e identidade.

Propomo-nos, a partir desta referenciação, a refletir o que envolve os discursos, a naturalização e os mecanismos de não reconhecimento tão historicamente arraigados em nossa sociedade. Longe de tomar os sujeitos como objeto de catálogos, tomemo-los nessas superfícies imagéticas e discursivas empíricas com indivíduos inacabados, em constante processo de elaboração, produtos e efeitos das práticas. Sob a ótica de uma perspectiva foucaultiana, o sujeito não é algo dado, mas constituído, seja pelas operações discursivas, seja pelo poder (FOUCAULT, 2010, p. 278).¹

Nessa empreitada de investigar e analisar condições de possibilidade dessas práticas de violência que constroem corpos humilhados e subalternizados, lançamos mão de teorizações emergidas no bojo da Teoria *Queer*. Nossa busca, nesse sentido, é por empreender novos olhares sobre as questões aqui propostas.

Quanto à definição, a teoria *Queer* surgiu nos Estados Unidos e na Europa no final da década de 1980, tendo sido o termo utilizado pela primeira vez por Tereza de Lauretis. Está relacionado com a condição de produção dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais norte-americanos, com vertentes sempre voltadas para discussões feministas. O desafio maior, contudo, relacionado a essa temática, é compreender, sob a ótica das filosofias pós-estruturalistas, como a sexualidade opera como uma ordem social. Referenciados/as nas obras de Michel Foucault e Jacques Derrida, as/os teóricas/os *Queer* têm fornecido ferramentas potentes para enveredar por temas complexos como o debate suscitado

¹ Sobre o assunto, ver também: FONSECA, Márcio Alves da. Michel Foucault e a constituição do sujeito. São Paulo: Educ, 2011.

neste trabalho. Ou seja, para que, além do sexo e do gênero, se possa buscar a desconstrução e a denúncia de ações presentes na sociedade que reforçam a subalternização de corpos, principalmente por não estarem dentro da norma.

Os três casos em foco neste trabalho, portanto, revelam-nos objetos de investigação passíveis de serem pensados pelos Estudos sobre Subalternização de sujeitos, os quais fogem aos reducionismos gerados pelo binarismo hetero/homo tomado como princípio que organiza a sociedade contemporânea. São objetos de estudo, portanto, passíveis de serem subordinados a um olhar mais crítico sobre a política do conhecimento e de diferenças, demarcando a especificidade de uma abordagem pautada pelos Estudos *Queer*. Tomados sob essa ótica, assim considerarmos que

Os estudos *Queer* se diferenciariam dos estudos de gênero, vistos como indelevelmente marcados pelo pressuposto heterossexista da continuidade entre sexo, gênero, desejo e práticas, tanto quanto dos estudos gays e lésbicos, comprometidos com o foco nas minorias sexuais e os interesses a eles associados. Cada uma dessas linhas de estudo tomariam, como ponto de partida, binarismos (masculino/feminino, heterossexual/homossexual) que, na perspectiva *Queer*, deveriam ser submetidos a uma desconstrução crítica. A linha de pensamento sustentado no *Queer* desafiaria, assim, o próprio regime da sexualidade, ou seja, os conhecimentos que constroem os sujeitos como sexuados e marcados pelo gênero, e que assumem a heterossexualidade ou a homossexualidade como categorias que definiriam a verdade sobre eles (MISKOLCI; SIMÕES, 2007, p.10-11).

É assim referenciados que nos propomos a pensar o corpo exposto ao vexame, humilhado, como uma experiência de corpo subalternizado, enquanto categoria emergida na análise das fontes empíricas que dão início a esse trabalho. Para além do já descrito,

tomá-los sob um olhar pautado pela Teoria *Queer* implica abordá-los como efeitos de dispositivos que escapam aos binarismos e à linearidades destacados pelos autores.

São corpos cujos pedaços são destacados diante da busca em expô-los, ultrajá-los e submetê-los a condição vexatória: o corpo da Presidenta Dilma Rousseff disposto na montagem de pernas abertas, completamente desproporcional; o corpo da garota estuprada por vários homens, vilipendiado e esmagado; o corpo do homem homossexual estrangulado e abandonado. A todos os corpos aqui referidos não é dado o direito de defesa diante dos agressores.

São corpos dispostos numa estratégia de opressão cujas técnicas operadas pelos sujeitos que praticam a violência funcionam no sentido de impedir, completamente, a resistência do outro, como Foucault nos descreve. Segundo este filósofo, o poder existe numa rede vasta e multi-forme de relações, sendo os pontos de resistência também apresentados como multiplicidade ou como focos. Tais pontos seriam o outro termo das relações de poder, o outro lado, o ponto de colisão, o que não quer dizer que estejam fadados ao fracasso. A resistência apresenta-se como pontos e nós irregulares que se distribuem com maior ou menor densidade no jogo relacional com o poder, podendo provocar levantes radicais e rupturas profundas, embora seja mais comum tratarem-se de pontos transitórios, móveis e precários que cedem ao poder. A resistência, da mesma maneira imanente, fragmentada e centrada nas relações em que o poder funciona, provoca reagrupamentos, introduz clivagens e procede por estratégias. Para Foucault, a relação entre resistência e poder é bastante peculiar, pois,

[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem volta eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. [...] Como não poderia haver relações de poder sem pontos de insubmissão que, por definição,

lhe escapam, toda intensificação e toda extensão das relações de poder para submetê-los só podem conduzir aos limites do exercício do poder (FOUCAULT, 2010, p. 293-4).

Se não há, diante dessas considerações de Foucault, relação de poder sem resistência, não há como não imaginar a força e a potência do poder exercido pelo operador do programa de montagem de fotografias, do poder empreendido pelos compartilhadores de uma imagem na rede social, do poder praticado pelos estupradores e do poder desferido pelos assassinos de Helton e Guilherme. São exercícios de poder que alcançam a condições de violência pois são tão fortes e pesados que suas vítimas ficam completamente sem resistência, apagadas, silenciadas, invisíveis, mesmo que existentes. Trata-se de uma luta negada contra o aparato técnico e de dispositivos que dirigem e controlam as subjetividades e domam a coragem desses sujeitos cujos corpos são violados, esmiuçados e expostos. Trata-se de um aparato constituído de saberes e técnicas que têm como objetivo o conhecer e o controlar a vida subjetiva de cada um desses sujeitos, ressaltando que essa não é uma questão restrita, é condição dada a todo corpo entendido como subalterno. Com isso, encaminha-se como resultado a submissão do sujeito a normas e a padrões de constituição e de compromisso com uma subjetividade padrão. Para isso, há o assujeitamento, o empobrecimento, o individualismo implantado pelas relações de poder, processos que têm como um de seus efeitos a subalternização dos corpos e, nos casos aqui apresentados, a aniquilação dos direitos de resposta, de voz e de vida.

Vale destacar que para Foucault (1984), o poder não é fenômeno de dominação maciça e homogênea de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras. O poder, desde que não seja considerado de muito longe, não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder é circulante e funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali ou em mãos de alguns ou apropriado como uma riqueza ou bem. Ele funciona em rede, como

uma prática, um exercício e nas suas malhas os indivíduos circulam e estão sempre em posição de exercê-lo. Quanto ao sujeito, este é efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa pelo indivíduo que ele constituiu como sujeito, sendo o indivíduo um dos primeiros efeitos do poder, e não o outro do poder. Nunca se é alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. O poder não se aplica, passa pelos indivíduos e os constitui como sujeitos (FOUCAULT, 1984).

Sinais da resistência ao processo de constituição dos corpos humilhados em corpos subalternos

Ao buscarmos aqui adensar no conceito de resistência, vale ressaltar que ela se dá, conforme já assinalado, nas relações de poder, se constituindo como estratégia de poder para se assimilar e exercer uma nova prática que vamos aqui operar com o conceito de cuidado de si mesmo. Trata-se de uma resistência entendida enquanto forma de rejeição ao controle e à autoridade que controlam a subjetividade e que pode levar ao autogoverno dos indivíduos. A resistência é, portanto, situada no âmbito das relações de poder, no campo das ações e nos enfrentamentos. Assim, acreditamos que ao desafirmos esses mecanismos de violência como a morte de nossos sujeitos aqui descrita, a brutal violência sexual trazida pela outra narrativa ou mesmo o desrespeito com a figura feminina da então presidente, poderemos romper com os dispositivos de dominação, de morte, de assujeitamento, de silêncio, para vislumbrar a vida como obra de arte.

Sendo assim, apreender os corpos aqui descritos sob a ótica da Teoria *Queer*, produzidos e objetivados pelas práticas de humilhação capazes de produzir sujeitos e subjetividades também humilhados, implica tomarmos a sexualidade neles inscrita não como algo dado pela natureza. Trata-se de uma imposição de sexualidade, imposição de um gênero e imposição de gostos que começam antes mesmo do nascer e que alcançam diversos momentos da vida de uma pessoa, podendo até ter contornos definidos em um momento de violência como estes em

questão. Se no início, a construção da feminilidade envolve a prática relacionada a aprender a brincar e com certos tipos de brinquedos, a exemplo da imposição das bonecas às meninas, enquanto para os meninos a de brincarem com carrinhos, podemos afirmar que esses brinquedos trouxessem um rótulo, “*invisível*”, designativo dos gêneros. E, no momento em que a violência é praticada, os gêneros também são construídos e reafirmados em conformidade com um padrão já pré estabelecido. As práticas de violência que constroem corpos e sujeitos humilhados, como os documentos nos apontam, forjam gêneros e sexualidade possíveis: mulheres e meninas cujos corpos podem e devem ser acessados por homens, seja a prática de ver, de ter escárnio ou de deflorar; homens gays cujos corpos precisam ser eliminados. O corpo humano nessas experiências é objeto de uma anatomia política e de um esquadrinhamento do terror, pois este corpo

[...] entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma anatomia política, que é também igualmente uma mecânica do poder, ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (FOUCAULT, 1984, p.127).

Eis os corpos humilhados e alocados à condição de corpos subalternos, aqui tomados como corpos esquadrinhados pelos olhos, pelas mãos e demais partes do corpo masculino. Corpos também devastados por objetos como o jato de gasolina dos postos de combustível a simular a prática de adentrar na genitália feminina e ali despejar o produto. Corpos, portanto, apreendidos pelas redes e práticas de poder, corpos capturados pelas práticas de violência. Os corpos, nesses processos, se tornam, nessas práticas de violência, “aquilo que está em jogo numa luta”, segundo Foucault. (2003, p. 147).

Corpos subalternos humilhados são corpos em posição de evidência, de vexame, vinculados ao controle, sob os quais se buscam estímulos para inúmeras decisões em torno das vidas das mulheres, das crianças e dos homossexuais. São corpos que, dispostos em uma maquinaria do poder, implicam a produção de subjetividades. Sob aquelas ocasiões, os controles exercidos sobre os corpos também produzem, por mínimas e inexpressivas que possam ser, práticas de resistência como o olhar assustado, os gritos, os esforços corporais para evitar a continuidade do exercício do poder e a emergência da violência. Revelam, portanto, como esses sujeitos subalternos conseguem perceber o mundo e as coisas naquelas condições.

Tais práticas de violência são capazes de produzir corpos e sujeitos subalternos, ao serem propulsoras de práticas de acesso livre aos corpos de mulheres, meninas e homossexuais. São práticas que combinam com as inúmeras outras práticas de restrições desses sujeitos subalternizados às questões como acesso das mulheres ao mercado de trabalho, o direito ao lazer a ser conferido às crianças e adolescentes e o direito a manifestar publicamente o afeto e o carinho por pessoas do mesmo sexo. São práticas que vão de encontro com as conquistas das lutas historicamente estabelecidas. São práticas que alimentam a constituição de uma subjetividade a espera de ser dominada, controlada, subordinada e docilizada.

Não podemos deixar de reconhecer que as problematizações aqui discutidas ancoram-se no processo de reivindicação dos feminismos e dos movimentos LGBTT, a partir das décadas de 1970, o que propiciou sensíveis mudanças na dualidade homem - mulher em nossa sociedade. Para além dos avanços nos movimentos de mulheres e dos homossexuais, Santos e Dinis (2013) e Santos (2015; 2016) referem-se a outro movimento importante que pôde ser percebido nos movimentos os quais elaboram um pensamento sobre o homem e as masculinidades e que, atualmente, tem sido flexibilizado. Ao encarar as fontes empíricas deste artigo - o adesivo de Dilma Roussef, o caso do estupro coletivo e o assassinato do homem homossexual - podemos

afirmar que estamos diante de experiência de construção de masculinidades e feminilidades subalternas.

Em meio às suas experiências plurais, diferentes entre si, tais imagens dos corpos como corpos subalternos revelam-se complexas para mulheres e homens homossexuais, pois esse olhar do outro traz o histórico hábito de alocar o sujeito que é visto e identificado em um lugar do não pertencimento, do não reconhecimento, de subalterno (SANTOS, 2016). Assim, esses corpos subalternos humilhados são corpos que sofrem, mesmo que percebidos nas suas diferentes formas de sofrimento, sujeito a múltiplos mecanismos de dominação e opressão, mas que também são dinâmicos diante de tudo que os alcança. Portanto, o corpo sofre porque

[...] é ao mesmo tempo uma massa, um invólucro, uma superfície que se mantém ao longo da história. [...], isto é, matéria, literalmente uns lócus físico e concreto. Essa matéria física não é inerte, sem vida. [...] pode-se dizer que o corpo seria um arcabouço para os processos de subjetivação, a trajetória para se chegar ao “ser” e também ser prisioneiro deste. A constituição do ser humano, como um tipo específico de sujeito, ou seja, subjetivado de determinada maneira, só é possível pelo “caminho” do corpo (MENDES, 2006, p.168).

Seguindo os passos de Mendes, os corpos subalternos humilhados estão cravados na história, sendo, portanto, arrasados física e concretamente. Não são corpos inertes, mas corpos com vida. Pulsam sofrimento! São corpos onde se inscrevem processos de subjetivação que constituem e aprisionam pessoas em posições de sujeito. O corpo torna-se assim o caminho de aprisionamento das pessoas a posições de sujeito subalternas. Corpos subalternos humilhados enredam pessoas vítimas de condição vexatória, de estupro e de assassinato com requintes de crueldade à condição de sujeitos que choram, que ardem, que sofrem!

Essas experiências não são deslocadas das ordens discursivas que forjam realidades possíveis dentro de convenções de gênero singulares. Dessa maneira, configuram-se experiências alicerçadas em uma sociedade marcada pelo preconceito, pelo machismo velado, pela homofobia e por outras diferentes formas de rejeição e não reconhecimento como são também o racismo e o desrespeito aos idosos e pessoas em situação de rua ou com algum tipo de deficiência. Não há como negar que essas experiências estão ancoradas nos jogos de poder que enreda tais pessoas em posições de sujeitos desprovidas de igualdade de condições dentro de diferentes malhas dos dispositivos de poder que levam às circunstâncias de violência. Nesse sentido, percebemos que tanto entre homens quanto entre as mulheres a subalternização ocorre dentro dessa dinâmica de um jogo de poder e de interesses.

Diante desses fatos e dessas reflexões, poderíamos perguntar: como diversos segmentos da sociedade operam e funcionam nos processos de recusa da subjetividade do outro? Ao refletirmos sobre tal indagação, consideremos que nem depois de as mulheres terem conquistado lugares antes a elas negados na sociedade e os homens e mulheres homossexuais estarem assumindo-se com menos medo de se exporem, podemos considerar que estamos longe de ver tais situações serem evitadas. Inúmeros trabalhos jornalísticos e científicos têm apontado para os riscos em torno dessas experiências de não aceitação, ancoradas no machismo e na homofobia. Nesse contexto, o número de sujeitos subalternos que persistem em não enfrentar seu medo e, por isso, submetem seu corpo à norma é consideravelmente elevado na sociedade. Talvez os acontecimentos aqui narrados sugerem-nos que isso ocorre devido ao medo da violência e de ser reconhecido pelos discursos que seus próprios corpos podem trazer. Consideremos ainda os riscos de assassinato em espaços sociais de confrontos, como os grandes centros no mundo em que ser identificado como fora da norma ou mesmo defender o diferente coloca a vida dos envolvidos em risco. Corpos subalternos são também corpos em risco, pois as experiências

em torno do risco e das práticas de se arriscarem constituem sujeitos em risco, sujeitos subalternos.

O cuidado de si como estratégia de enfrentamento e reconhecimento do outro

No campo das discussões de sexualidade e de gênero, sobretudo nos Estudos *Queer*, é importante que se defenda a desconstrução de hábitos historicamente estabelecidos em torno do machismo, da misoginia e da homofobia, os quais estão longe de práticas de fazer diagnósticos de certo ou errado. Nesse caminho, é importante considerar o olhar para si enquanto efeito de práticas do cuidado de si, assim explanadas por Foucault:

Ao longo dos textos de diferentes formas de filosofia, de diferentes formas de exercícios, práticas filosóficas ou espirituais, o princípio do cuidado de si foi formulado, convertido em uma série de fórmulas como “ocupar-se consigo mesmo”, “ter cuidados consigo”, “tirar-se em si mesmo”, “recolher-se em si mesmo”, “sentir prazer em si mesmo”, “buscar deleite somente em si”, “permanecer em companhia de si mesmo”, “ser amigo de si mesmo”, “estar em si como numa fortaleza”, “cuidar-se” ou “prestar culto a si mesmo”, “respeitar-se”, etc (FOUCAULT, 2010, p. 13).

O desafio feito pelo autor é para que consigamos voltar nossos olhos para nós mesmos, construindo condições de governo das nossas próprias condutas e nossas próprias subjetividades. Continuando com o filósofo:

É preciso ir em direção ao eu como quem vai em direção a uma meta. E esse não é mais um movimento apenas dos olhos, mas do ser inteiro que deve dirigir-se ao eu como único objetivo. Ir em direção ao eu é ao mesmo tempo retornar a si: como quem

volve ao porto ou como um exército que recobra a cidade e a fortaleza que a protege (FOUCAULT, 2010, p.192).

Pelo descrito, o importante é conseguir enxergar-se e não se submeter às formas de dominação e às normas estabelecidas, mesmo que sejam elas as mais variadas possíveis. A exposição e o ultraje ao corpo do outro revelam-nos formas de dominação dos que ocupam posições privilegiadas em um cenário machista, misógino e homofóbico. Assim, é importante nos reconhecermos para que, mesmo que hajam amarras, seja possível o edificar de um viver em resistência, um viver como obra de arte, como reforça Foucault. Nesse caminho, a atuação destes sujeitos subalternos em movimentos sociais têm ajudado gerações futuras a compreender direitos diversos como o sentir prazer. Falamos aqui do prazer de ser e também o prazer sexual com seus parceir@s, sendo este último um direito negado historicamente a um considerável número de mulheres. Ainda, somadas às questões já levantadas aqui estão as relacionadas com o ato de comer bem, em contraposição às amarras do corpo que precisa ser dentro do padrão da moda, esguio ou quase esquelético. Contrário a isso, é Rago (2011) quem refere-se ao viver bem e beber bem como prazeres que são pouco entendidos ou respeitados no nosso tempo. Nesse campo de entendimento, é valoroso perceber os dispositivos de controle e culpa, assim como seus históricos objetivos e interesses.

Todos esses controles sociais que se desenvolveram no fim do século passado e que filtram a sexualidade dos casais, dos pais e das crianças, dos adolescentes perigosos e em perigo - tomando por tarefa proteger, separar, prevenir, assinalando em tudo os perigos, despertando as atenções, chamando os diagnósticos, agrupando relações, organizando terapêuticas; em torno de sexo, eles irradiam os discursos, intensificam a consciência de um perigo incessante que coloca por sua vez, a incitação a falar disso. (FOUCAULT, 2007, p. 43)

São amarras discursivas como essas que vão criando clivagens sociais, separando as pessoas segundo escalas de hierarquia. Tais disposições sociais enredam pessoas em posições de sujeitos as quais, tocadas pelas relações de poder, produzem posições de sujeitos que dominam e posições de sujeitos que são dominados. Neste segundo grupo, dentro de algumas subdivisões, poderíamos alocar os sujeitos subalternos como sujeitos humilhados, destroçados, assassinados. Nesses contextos, os corpos são penalizados em seus regimes, em práticas sexuais não prazerosas e condutas padronizadas de opressão.

Romper com esses processos implica assumir um desafio como de operar algumas práticas reflexivas de liberdade, cultivar um estilo de liberdade comprometido na elaboração de uma vida própria, um formato de uma obra de arte pessoal. Nesse caso, nossa pretensão é contribuir para esse direito no esforço pela liberdade, possibilitando aos sujeitos, quer sejam homens, mulheres, heterossexuais ou homossexuais, a oportunidade de conhecer a si, de cuidar de si e viver com liberdade e dignamente.

Viver com dignidade é o contraponto à matriz de sentido dos corpos subalternos que são humilhados. É tomar o corpo não como um objeto de apropriação do outro, mas como efeito de um dispositivo que é social, político e ativo, e ainda nem sempre apto a dar visibilidade e acessos. Viver com dignidade encampa práticas e experiências de governos de si, de controle de suas próprias condutas de maneira a recusar a violência de diferentes formas e procedências contra os corpos que se expõem e que, por isso, antes eram vistos como corpos que deveriam sofrer violência. É essa possibilidade de viver com dignidade que foi recusada para Emanuelle Muniz, de 21 anos, que, enquanto terminávamos esse texto, ganhou as páginas dos jornais. Transexual, ela foi vítima de um sequestro no domingo de carnaval do dia 26 de fevereiro de 2017, na BR-060, que dá acesso à cidade de Anápolis, no Estado de Goiás. Depois de sair de uma boate por volta de 1h da manhã e entrar em um carro com 4 homens, Emanuelle foi levada sequestrada. Por volta das 7hs, a mãe encontrou o corpo da filha em uma estrada da zona rural da

cidade. Segundo o delegado Cleiton Lobo, do Grupo de Investigação de Homicídios de Anápolis (GIH) que investigava o caso, existem fortes indícios de que o crime foi motivado por preconceito de gênero. Emannelle foi morta por pedrada, conforme vestígios encontrados no local (G1, 2017). Eis um exemplar caso de humilhação do corpo motivado pelo ódio. O ódio de gênero! Práticas como essas produzem corpos de mulheres, de crianças e adolescentes, de gays e lésbicas, de transgêneros e transexuais como corpos subalternos, humilhados e os constituem como sujeitos que não podem viver com dignidade em parcelas machistas, misóginas e homofóbicas da sociedade.

Corpos que, longe de serem dados pela natureza, são naturalizados pela cultura. Os inúmeros casos que reiteradamente ganham as páginas dos jornais vão, assim, acostumando os olhares das pessoas com os processos de humilhação dos corpos e produção dos corpos subalternos. Aos poucos, ninguém se importa e pensa ser tudo normal. É preciso destruir as tecnologias de produção de corpos subalternos humilhados! É preciso problematizar as práticas de produção de sujeitos subalternos humilhados! É preciso fomentar possibilidades de viver com dignidade!

Referências

EDITORIAL sobre o Brasil. Governo faz denúncia ao MP sobre adesivo com ofensa a Dilma. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/brasil/governo-faz-denuncia-ao-mp-sobre-adesivo-com-ofensa-a-dilma-188469.html>. Acesso em 18 fev. 2017

G1. Mãe encontra corpo de transexual morta a pedradas após sequestro. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2017/02/mae-encontra-corpo-de-transexual-morta-pedradas-apos-sequestro.html>. Acesso em: 28 fev 2017

COONNELL, R. W. *Políticas da masculinidade*. Educação & Realidade, V.20, n. 2. 1995.

COONNELL, R. W. *Masculinidade hegemônica: repensado o conceito*. 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 18 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. vol. I. 18 ed, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2007.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MENDES, C. L. O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis EDFSC, n. 39, p. 167-181, abr 2006.

MISKOLCI, R.; SIMÕES, J. Pânicos Morais e Controle Social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*. Campinas/Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, v.28, jan./jun. 2007.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, v. 1, n. 29, 2009.

NEVES, Maria Laura. a realidade abafada dos estupros coletivos no brasil. In: <http://revistamarieclaire.globo.com/noticias/noticia/2016/07/realidade-abafada-dos-estupros-coletivos-no-brasil.html>. Acesso em: 19 fev 2017

RAGO, L. M. O natural não é ser homem ou mulher. *Revista IHU*, ano x, n.335,28 d junho de 2010. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3340&secao=335. Acesso em: 15 jan. 2017.

SANTOS, W. B.; DINIS, N. F. Adolescência heteronormativa masculina: entre a construção “obrigatória” e desconstrução necessária. *OPSIS*, Catalão, v. 13, n. 2, p.129-149, 2013.

SANTOS, W. B. *A educação Sexual no contexto de biologia*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

SANTOS, W. B. *Adolescência heteronormativa masculina: entre a construção obrigatória e a desconstrução necessária*. São Paulo: Editora Intermeios, 2016.

WARNER, M. *Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory*. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 1993.